

Baneb Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10º andar - Salvador - BA



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada.

Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais mil

	2010	2009		2010	2009
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	8.474	8.429	CIRCULANTE	285	725
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	9	9	Impostos e Contribuições a Recolher	78	65
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6)	8.396	8.357	Dividendos a Pagar (Nota 8c)	146	631
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b)	62	58	Outras Obrigações	61	29
Valores a Receber	2	5	NÃO CIRCULANTE	215	213
Outros Créditos	5	-	Provisão para Impostos e Contribuições	38	36
NÃO CIRCULANTE	375	388	Provisão para Contingências - Processos Judiciais	177	177
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	197	197	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.349	7.879
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b)	20	20	Capital:		
Depósitos Judiciais	177	177	- De Domiciliados no País	3.940	3.940
INVESTIMENTOS	10	10	Reservas de Lucros (Nota 8b)	4.409	3.939
IMOBILIZADO (Nota 7)	168	181			
TOTAL	8.849	8.817	TOTAL	8.849	8.817

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 9)	331	363
Impostos e Contribuições sobre Serviços	(29)	(31)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	302	332
RECEITAS OPERACIONAIS	773	812
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10)	773	812
DESPESAS OPERACIONAIS	177	181
Despesas Tributárias (Nota 12)	4	68
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	173	113
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	898	963
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(282)	(299)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	616	664
Número de ações	775.320	775.320
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$	794,51	856,42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital Incentivos Fiscais do Imposto de Renda	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Pagamento de Dividendos		
Saldos em 31.12.2008	3.900	32	476	2.968	470	-	7.846
Aumento do Capital Social com Reservas	40	(32)	-	(8)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	664	664
Destinações:							
- Reservas	-	-	33	-	-	(33)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,81 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(631)	(631)
Saldos em 31.12.2009	3.940	-	509	2.960	470	-	7.879
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	616	616
Destinações:							
- Reservas	-	-	31	439	-	(470)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,19 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(146)	(146)
Saldos em 31.12.2010	3.940	-	540	3.399	470	-	8.349

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	616	664
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	616	664

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Baneb Corretora de Seguros S.A., é uma Companhia que tem por objetivo a corretagem dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares e necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparado pela Companhia de acordo com as novas normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As principais políticas

contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pelo CPC para PMEs não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

Continua...

Baneb Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10ª andar - Salvador - BA



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Reais mil

2.2) Moeda funcional

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mantidos para negociação, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Resultado Líquido de Juros".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento, mantidos para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receita Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

2.5) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil – econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações - 4%

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados no mínimo, anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.7) Provisões, passivos, contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, quando como resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

- Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

- As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

2.8) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Receitas Aluguel

A sociedade optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre o lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

2.10) Imposto de Renda e Contribuição Social

A sociedade optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre o lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta permitindo que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a alta Administração quando necessário. Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Organização. Essa instância, denominada Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, é um órgão estatutário, presidido pelo Diretor-Presidente da Organização, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos no âmbito da Organização.

4) TRANSIÇÃO PARA O CPC PARA AS PMES

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs.

A Companhia adotou 1º de janeiro de 2009 como data de transição. Nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações contábeis de acordo com o CPC para PMEs, nas quais considerou todas as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais permitidas na aplicação retrospectiva completa do CPC para PMEs.

Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 por não apresentarem efeitos em sua divulgação.

4.1) Isenções da aplicação retrospectiva completa

As isenções opcionais remanescentes que foram aplicadas pela Companhia são:

- Valor justo ou reavaliação como custo presumido - A Companhia optou por não aplicar esta isenção e, portanto, não mensurou os itens do ativo imobilizado pelo valor justo.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	9	9
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	9	9

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros Referenciado DI União no montante de R\$ 8.396 (2009 – R\$ 8.357).

Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

7) ATIVO IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas de acordo com a política da Companhia de depreciação para os ativos próprios.

	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro	
			2010	2009
Imobilizado de uso:				
Edificações.....	327	(222)	105	118
Terrenos.....	63	-	63	63
Total em 31.12.2010.....	390	(222)	168	
Total em 31.12.2009.....	390	(209)		181

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro (em quantidade)	
	2010	2009
Ordinárias.....	775.320	775.320
Total.....	775.320	775.320

Em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2009, foi deliberado a elevação do capital social de R\$ 3.900 para R\$ 3.940, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital – Incentivos Fiscais" no montante de R\$ 32, e parte do saldo da conta "Reserva de Lucros – Reserva Estatutária para aumento de Capital de 2003" no montante de R\$ 8, sem emissão de ações.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Reservas de Lucros.....	4.409	3.939
- Reserva Legal (1).....	540	509
- Reserva Estatutária para Aumento de Capital (2).....	3.399	2.960
- Reserva Estatutária para Pagamento de Dividendos (3).....	470	470

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após observar as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal poder ser utilizada para aumentar capital ou para absorver perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos;

(2) Pode ser constituída até atingir o limite de 80% do valor do Capital Social Integralizado; e

(3) Pode ser constituída com a finalidade do Capital de assegurar a continuidade da distribuição de dividendos intermediários pela Companhia até atingir o limite de 20% do valor do Capital Social Integralizado.

Continua...

Baneb Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10ª andar - Salvador - BA



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em Reais mil

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009, estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	616		664	
Reserva Legal	(31)		(33)	
Base de Cálculo	585		631	
Dividendos Propostos	146	25,00	631	100,00

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A composição das receitas é a seguinte:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Receita de Comissão	301	333
Receita de Aluguel	30	30
Total	331	363

10) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicação em Fundo de Investimento	775	813
Juros Ativos	-	1
Juros Passivos	(2)	(2)
Total	773	812

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Editais e Publicações	127	58
Serviços Prestados	25	25
Contribuição Sindical Patronal	4	4
Depreciação	13	13
Outros Gastos Administrativos	4	13
Total	173	113

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS	-	2
Cofins	-	14
Impostos e Taxas Diversos	4	52
Total	4	68

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 201 (2009 - R\$ 214) e R\$ 81 (2009 - R\$ 85), foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 82 (2009 - R\$ 78), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	9	-	9	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Alvorada S.A.	(79)	-	(341)	-
Receitas de Comissões:				
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	301	-	333

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

15) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A empresa não possui processos judiciais, de natureza trabalhista e cível em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A empresa vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, no montante de R\$ 177, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a empresa figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

A Diretoria

Oswaldo Tadeu Fernandes - Contador - CRC 1SP271968/O-5 S-BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada

Aos Administradores e Acionistas

Baneb Corretora de Seguros S.A.

1. Revisamos o balanço patrimonial da Baneb Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1

Baneb Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10ª andar - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Brasileira.

ISO 9001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada.

Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Salvador, BA, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	2010	2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	2009
CIRCULANTE	8.474	8.429	CIRCULANTE	285	725
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	9	9	Impostos e Contribuições a Recolher.....	78	65
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6).....	8.396	8.357	Dividendos a Pagar (Nota 8c).....	146	631
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b).....	62	58	Outras Obrigações.....	61	29
Valores a Receber.....	2	5	NÃO CIRCULANTE	215	213
Outros Créditos.....	5	-	Provisão para Impostos e Contribuições.....	38	36
NÃO CIRCULANTE	375	388	Provisão para Contingências - Processos Judiciais.....	177	177
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	197	197	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.349	7.879
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13b).....	20	20	Capital:		
Depósitos Judiciais.....	177	177	- De Domiciliados no País.....	3.940	3.940
INVESTIMENTOS	10	10	Reservas de Lucros (Nota 8b).....	4.409	3.939
IMOBILIZADO (Nota 7)	168	181			
TOTAL	8.849	8.817	TOTAL	8.849	8.817

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS (Nota 9)	331	363
Impostos e Contribuições sobre Serviços.....	(29)	(31)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	302	332
RECEITAS OPERACIONAIS	773	812
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 10).....	773	812
DESPESAS OPERACIONAIS	177	181
Despesas Tributárias (Nota 12).....	4	68
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	173	113
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	898	963
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	(282)	(299)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	616	664
Número de ações.....	775.320	775.320
Lucro Líquido básico por lote de mil ações em R\$.....	794,51	856,42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital Incentivos Fiscais do Imposto de Renda	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária	Pagamento de Dividendos		
Saldos em 31.12.2008	3.900	32	476	2.968	470	-	7.846
Aumento do Capital Social com Reservas.....	40	(32)	-	(8)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	664	664
Destinações:							
- Reservas.....	-	-	33	-	-	(33)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,81 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	(631)	(631)
Saldos em 31.12.2009	3.940	-	509	2.960	470	-	7.879
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	616	616
Destinações:							
- Reservas.....	-	-	31	439	-	(470)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 0,19 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	-	(146)	(146)
Saldos em 31.12.2010	3.940	-	540	3.399	470	-	8.349

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Lucro Líquido do Exercício	616	664
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	616	664

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Baneb Corretora de Seguros S.A., é uma Companhia que tem por objetivo a corretagem dos diversos tipos de seguros, nos termos da legislação em vigor, além da prestação de todos os serviços técnicos e administrativos complementares e necessários ao desenvolvimento desta atividade. A Baneb Corretora de Seguros S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparado pela Companhia de acordo com as novas normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pelo CPC para PMEs não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2) Moeda funcional

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mantidos para negociação, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Resultado líquido de juros".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento, mantidos para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	898	963
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	14	38
Depreciações.....	13	13
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	1	1
Outros.....	-	24
Lucro Líquido Ajustado	912	1.001
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários.....	(39)	(108)
Aumento em Outros Ativos.....	(6)	(10)
Redução em Outras Obrigações.....	(74)	(28)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(162)	(182)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	631	673
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos.....	(631)	(687)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(631)	(687)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	(14)
Aumento/(Redução) Líquidos de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	23
Início do Período.....	9	23
Fim do Período	9	9
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	(14)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	331	35,3	363	34,1
1.1) Receita Bruta de Serviços	302	32,2	332	31,1
1.2) Outras Receitas	29	3,1	31	2,9
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(156)	(16,6)	(96)	(9,0)
Serviços de Terceiros.....	(152)	(16,2)	(84)	(7,9)
Outros.....	(4)	(0,4)	(12)	(1,1)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	175	18,7	267	25,0
4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(13)	(1,3)	(13)	(1,2)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	162	17,4	254	23,8
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	773	82,6	812	76,2
Receitas Financeiras	773	82,6	812	76,2
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	935	100,0	1.066	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	935	100,0	1.066	100,0
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	319	34,1	402	37,7
Federais.....	296	31,7	330	31,0
Estaduais.....	5	0,6	5	0,4
Municipais.....	18	1,9	67	6,3
8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	-	-	-	-
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	616	65,9	664	62,3
Dividendos.....	146	15,6	631	59,2
Lucros Retidos.....	470	50,3	33	3,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receita Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

2.5) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Edificações - 4%

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados no mínimo, anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda pela redução do valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.7) Provisões, passivos, contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, quando um resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

2.8) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias.

Continua...

Baneb Corretora de Seguros S.A.

CNPJ 14.560.304/0001-18
Sede: Av. da França, 409 - 10ª andar - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Receitas Aluguel

A receita de aluguel proveniente de imóvel para investimento, arrendado a terceiros conforme contrato de arrendamento operacional, é reconhecida pelo método linear na demonstração do resultado em "Receita Bruta de Serviços", durante o período de arrendamento.

b) Receitas Financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas usando o método da taxa de juros efetiva.

2.10) Imposto de Renda e Contribuição Social

A sociedade optou pela tributação através da modalidade do lucro presumido (32% da Receita Bruta, acrescido das receitas financeiras), que é uma forma de apuração simplificada para determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das pessoas jurídicas. Os referidos tributos são calculados considerando à alíquota-base de 15% sobre o lucro presumido, acrescido do adicional de 10% para o IRPJ e à alíquota de 9% para a CSLL.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto de renda resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta permitindo que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a alta Administração quando necessário. Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Organização. Essa instância, denominada Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, é um órgão estatutário, presidido pelo Diretor-Presidente da Organização, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos no âmbito da Organização.

4) TRANSIÇÃO PARA O CPC PARA AS PMES

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs.

A Companhia adotou 1º de janeiro de 2009 como data de transição. Nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações contábeis de acordo com o CPC para PMEs, nas quais considerou todas as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais permitidas na aplicação retrospectiva completa do CPC para PMEs.

Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 por não apresentarem efeitos em sua divulgação.

4.1) Isenções da aplicação retrospectiva completa

As isenções opcionais remanescentes que foram aplicadas pela Companhia são:

- Valor justo ou reavaliação como custo presumido - A Companhia optou por não aplicar esta isenção e, portanto, não mensurou os itens do ativo imobilizado pelo valor justo.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional (1)	9	9
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	9

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros Referenciado DI União no montante de R\$ 8.396 (2009 - R\$ 8.357).

Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

7) ATIVO IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas de acordo com a política da Companhia de depreciação para os ativos próprios.

Imobilizado de uso:	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro	
			2010	2009
Edificações	327	(222)	105	118
Terrenos	63	-	63	63
Total em 31.12.2010	390	(222)	168	
Total em 31.12.2009	390	(209)		181

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro (em quantidade)	
	2010	2009
Ordinárias	775.320	775.320
Total	775.320	775.320

Em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2009, foi deliberado a elevação do capital social de R\$ 3.900 para R\$ 3.940, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital - Incentivos Fiscais" no montante de R\$ 32, e parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária para aumento de Capital de 2003" no montante de R\$ 8, sem emissão de ações.

b) Reservas de Lucros

Reservas de Lucros	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
4.409	3.939	
- Reserva Legal (1)	540	509
- Reserva Estatutária para Aumento de Capital (2)	3.399	2.960
- Reserva Estatutária para Pagamento de Dividendos (3)	470	470

(1) Nos termos da Legislação Societária, a Companhia deve destinar 5% de seu lucro oficial anual, após absover as perdas acumuladas, a uma reserva legal cuja distribuição está sujeita a certas limitações. A reserva legal poder ser utilizada para aumentar capital ou para absover perdas, mas não pode ser distribuída na forma de dividendos;

(2) Pode ser constituída até atingir o limite de 80% do valor do Capital Social Integralizado; e

(3) Pode ser constituída com a finalidade do Capital de assegurar a continuidade da distribuição de dividendos intermediários pela Companhia até atingir o limite de 20% do valor do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009, estão demonstrados a seguir:

	2010		2009	
	2010	% (1)	2009	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	616		664	
Reserva Legal	(31)		(33)	
Base de Cálculo	585		631	
Dividendos Propostos	146	25,00	631	100,00

9) RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A composição das receitas é a seguinte:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Receita de Comissão	301	333
Receita de Aluguel	30	30
Total	331	363

10) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicação em Fundo de Investimento	775	813
Juros Ativos	-	1
Juros Passivos	(2)	(2)
Total	773	812

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Editais e Publicações	127	58
Serviços Prestados	25	25
Contribuição Sindical Patronal	4	4
Depreciação	13	13
Outros Gastos Administrativos	4	13
Total	173	113

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS	-	2
Cofins	-	14
Impostos e Taxas Diversos	4	52
Total	4	68

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O Imposto de Renda e a Contribuição Social calculados com base no lucro presumido, no montante de R\$ 201 (2009 - R\$ 214) e R\$ 81 (2009 - R\$ 85), foram provisionados e registrados no resultado do exercício.

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 82 (2009 - R\$ 78), referem-se, substancialmente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e receitas de corretagem.

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	9	-	9	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Alvorada S.A.	(79)	-	(341)	-
Receitas de Comissões:				
Bradesco Vida e Previdência S.A.	-	301	-	333

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é a parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

15) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A empresa não possui processos judiciais, de natureza trabalhista e cível em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da empresa entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A empresa vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, no montante de R\$ 177, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A empresa mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a empresa figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

A empresa em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

A DIRETORIA

Oswaldo Tadeu Fernandes - Contador - CRC 1SP271968/O-5 S-BA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO LIMITADA

Aos Administradores e Acionistas

Baneb Corretora de Seguros S.A.

1. Revisamos o balanço patrimonial da Baneb Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1